

## *O escravo em Sêneca: entre a passividade e a reação*

Luciane Munhoz de Omena<sup>1</sup>

### **Resumo**

Apresentarei um estudo acerca das relações de poder do escravo com o senhor, tanto na esfera privada quanto na pública, para compreender, mais particularmente, a fabricação destes indivíduos por Sêneca. Privilegiaremos o processo de constituição das estratégias e dos conflitos de articulação de poder em ambientes freqüentados pelos servos. É necessário estabelecer os mecanismos de poder, seus efeitos, suas relações, seus variados dispositivos que se articulam e se exercem a níveis diferenciados da sociedade, em domínios e em variadas extensões.

### **Palavras-chave**

Escravo, Sêneca, Poder, Roma.

### **Abstract**

This presentation it's about of relationship of slave's power with the lord, in the private and public sphere, for understanding, more particularity, production about these actors for Seneca. Primer the process of constitution of the strategy and of the conflict of articulation of power in field often for the slave. It's necessary to organize the mechanism of power, your effects, your relationships, your several mechanisms than to articulate and to practice to different standard of the society, in domain and in several expanse.

### **Keywords**

Slave, Seneca's, Power, Rome.

“Pensas bem como esse homem que chamas teu escravo nasceu da mesma semente que tu, goza do mesmo céu, respira, vive e morre tal como tu”

*Sêneca, Epistulae Morales*

O significado de escravo descrito no dicionário refere-se à pessoa mantida sob laços de servidão que era considerada propriedade do outro (SARAIVA: 1993) e, como tal era incluído no conjunto classificado por terras, bens e dinheiro. O proprietário tinha por direito o uso exclusivo de possuir, usufruir e dispor de sua propriedade. Assim como o gado, o escravo podia ser vendido, comprado, alugado, trocado, dado como presente ou herdado.

A lei preocupava-se com o escravo para garantir sua submissão ao senhor, pois, teoricamente, o escravo não era uma pessoa. Era o instrumento de poder do dono que o utilizava, de acordo com seus interesses, pois, aos olhos do senhor, o escravo não tinha vontade própria. Um exemplo disto era a escolha do ofício. O senhor determinava a atividade

que seria desenvolvida pelo escravo, e, dessa forma, definia-se, igualmente, a categoria do servo pelo exercício do ofício. Os notáveis preparavam escravos que se dedicavam às aptidões artísticas e literárias. Sabia-se que um nobre romano, Calvíso Sabino, cercava-se de escravos que aprendiam a recitar de memória Homero, Hesíodo e os poetas líricos. De acordo com as palavras de Sêneca, Calvíso “comprou a peso de ouro uma série de escravos, um que sabia Homero de cor, outro, Hesíodo, e mais nove a quem encarregou de decorar os poetas líricos!” (Ep. Mor. 27, 5/8).

Além do trabalho compulsório, o senhor tinha o direito de vida e morte do escravo, por isso, ficava, de maneira geral exposto aos caprichos de seu senhor e a todo tipo de violência. O proprietário podia chicotear, prender ou matar o escravo, pois sendo uma propriedade não podia recorrer a nenhuma ação no tribunal, exceto através do próprio senhor.

No período imperial foram criadas leis que objetivam o abrandamento de punições contra os escravos; a partir de Augusto, os imperadores passavam a decretar leis que visavam dar maior proteção aos servos contra os maus-tratos. Cláudio (41-54) impediu os senhores de matarem ou expulsarem os escravos doentes arbitrariamente. Vespasiano (69-79) proibiu a venda de escravos para a prostituição e Domiciano (81-96) a mutilação. Adriano (117-138) ampliou a proteção física aos escravos fechando cárceres privados, salvo por autoridade judicial. Antônio Pio (138-161) fez com que os proprietários fossem responsáveis pelo assassinato de seus escravos e Diocleciano (285-305) proibiu o abandono de crianças escravas.

Essa crescente mudança foi abordada em comentários sobre a escravidão feitos por juristas romanos (Florentino, Ulpiano) e por autores como Sêneca, Epiteto e Dion Crisóstomo que discorriam sobre o excesso e a brutalidade dos senhores contra os escravos. No caso específico de Sêneca, ainda que fosse um rico proprietário de escravos, insistia para que eles fossem tratados com moderação, sem excessos de punições. Aos olhos do pensador, são ignóbeis os “tratamentos cruéis, desumanos que lhes são infligidos, como se eles não fossem homens, mas bestas de carga” (Ep. Mor. 47, 5/6).

Seguindo essa linha argumentativa, dividiremos a discussão da seguinte forma:

1. A construção senequiana do escravo.
2. A caracterização do escravo na esfera privada.
3. As relações de poder na esfera privada: senhor e escravo.
4. A caracterização do escravo na esfera pública.
5. As relações de poder – esfera pública – entre: escravo e público e escravo e *princeps*.
6. A prática de ofícios como forma de hierarquização entre escravos.

Trataremos, primeiramente, da imagem construída por Sêneca. O filósofo interpretava o escravo como um amigo inferior. Em um diálogo imaginário com Lucílio, afirmava:

*"São escravos? Não, são homens. 'São escravos'. Não, são camaradas. 'São escravos'. Não, são amigos mais humildes. 'São escravos? Não, são companheiros de servidão, se pensares que todos estamos sujeitos aos mesmos golpes da fortuna'" (Ep. Mor. 47, 01).*

A escravidão ocorria pela falta de sorte, o indivíduo tornava-se servo pela acomodação social e não por sua condição natural<sup>2</sup>. Sêneca compartilhava com Platão a pressuposição de que "todo o rei descende de escravos, que todo escravo é descendente de reis" (Ep. Mor. 44, 4), assim como todos os cativos possuíam ancestrais livres, bastavam retroceder a árvore genealógica que encontrarão os resquícios da servidão na nobreza em seus dirigentes.

O homem era provido de razão e isto independe de sua condição de cavaleiro, liberto ou escravo, pois eram apenas estatutos jurídicos derivados da ambição e da injustiça social (Ep. Mor. 31, 11). A natureza, aos olhos do pensador, era dívida por quatro tipos de seres: a árvore, o animal, o homem e o deus. Estes dois últimos, por serem racionais, se diferiam entre si por ser um mortal e o outro imortal, possuíam natureza idêntica e, portanto, eram possuidores da perfeita razão (Ep. Mor. 124, 14).

O homem perfeitamente racional era aquele provido de virtude que mantinha o domínio sobre si, afastava-se de pensamentos inconstantes, sentia-se contente por si próprio. Daí contingências como a perda de terras, prestígio, morte de amigos e até mesmo a escravidão não abalavam o homem virtuoso, continua livre. Para Sêneca:

*"uma alma assim tanto pode encontrar-se num cavaleiro, como num liberto, como num escravo! O que são, na realidade, um cavaleiro romano, um liberto, um escravo? Apenas nomes derivados da ambição e da injustiça humana" (Ep. Mor. 31, 11).*

O fato de os escravos igualarem-se aos seus senhores, levando-se em consideração o aspecto racional e mortal, não implicava que Sêneca os igualasse socialmente<sup>3</sup>. As diferenças eram inúmeras no campo social. As diferenciações sociais que levavam a inferiorização do escravo englobavam a impossibilidade em dispor de seu próprio tempo, não possuía o livre arbítrio, não podia negar a importância do trabalho e vivia sob o estado de coação. De acordo com Sêneca: "Não há bem moral numa ação praticada contra a vontade ou sob coação: todo o bem moral tem de ser voluntário" (Ep. Mor. 66, 16). A falta de liberdade e o medo eram sinônimos de escravatura, e, portanto, não era um bem moral, não era viver racionalmente (Ep. Mor. 66, 16).

Sêneca, embora afirmasse que uma alma elevada poderia encontrar-se em um escravo, dadas as condições racionais, partilhava, igualmente, a

opinião de que os indivíduos vivendo sob coação não eram virtuosos, pois tendiam ao vício, justamente, por serem desprovidos de razão. Era, por isso, que Sêneca aconselhava Lucílio o seguinte tratamento:

*"alguns deverão jantar contigo porque são dignos de ti, outros para que o sejam: algo de servil que persista neles devido às reações com gente baixa, à convivência com pessoas de bem acabara por eliminar"* (Ep. Mor. 47, 15).

Mais do que pretender aproximar o escravo do universo da virtuosidade, Sêneca propôs uma relação mais humanizada que visava à: fidelidade e o auxílio que os escravos pudessem prestar aos seus senhores (De Beneficiis III, XXVII, 4) e, também a supressão das possíveis reações deles contra os senhores. Sêneca apresentava o seguinte quadro:

Esfera Privada		
Escravo	Senhor	Referência
Amizade	Amizade	Ep. Mor. 47, 01.
Amizade	Amizade	Ep. Mor. 47, 04/05.
Benefício	Clemência	Ep. Mor. 47, 13.
Amigo Inferior	Amigo	Ep. Mor. 47, 17.
Respeito/Benefício	Respeito/Benefício	Ep. Mor. 47, 18/19.
Superioridade	Inferioridade	Ep. Mor. 47, 11.
Inferioridade	Superioridade	Ep. Mor. 47, 11.
Virtuosidade	Não Virtuosidade	Ep. Mor. 47, 15.
Não Virtuosidade	Virtuosidade	Ep. Mor. 47, 15.

Como podemos observar, a cumplicidade do escravo com o senhor ocorria no momento em que era tratado com a amizade, mesmo sendo um amigo inferior, daria, em troca, a amizade e a fidelidade. Sêneca afirmava:

*"Antigamente quando os escravos conversavam, não só na presença, mas com o senhor, quando não se lhes cosia a boca, eles estavam às refeições, mas calavam-se quando torturados"* (Ep. Mor. 47, 5)<sup>4</sup>.

O resultado dos maus tratos gerava aos senhores uma relação de inimizade com os escravos, por isso, o ditado: "tantos são os inimigos quantos os escravos", para Sêneca, tornavam-se recorrentes (Ep. Mor. 47, 5)<sup>5</sup>. A tabela abaixo apresenta os seguintes resultados:

Esfera Privada		
Escravo	Senhor	Referência
Fuga	Violência	Ep. Mor. 04, 04.
Suicídio	Violência	Ep. Mor. 04, 04.
Violência/ Morte	Violência/Morte	Ep. Mor. 04, 08.
Afastamento	Afastamento	Ep. Mor. 47, 02.
Sofrimento	Violência	Ep. Mor. 47, 03.
Inimizade	Violência	Ep. Mor. 47, 04/05.
Inimizade	Crueldade	Ep. Mor. 47, 05/06.
Inimizade	Inimizade	Ep. Mor. 47, 09.
Atividades Indignas	Atividades Dignas	Ep. Mor. 77, 14, 15.
Temor	Ruína	Ep. Mor. 105, 04.
Fuga	Ausência	Ep. Mor. 107, 01.
Desobediência	Irritação	De Ira III, XXXV, 1.
Vingança	Inimizade	De Ira III, V, 3.
Fuga	Violência	De Ira III, V, 4.
Morte	Violência	De Ira III, V, 4.
Fuga	Gastos	Tranquillitate Animi VIII, 7.
Sem Benefício	Custo	Tranquillitate Animi VIII, 8.
Descontentamento	Sem benefício	Tranquillitate Animi VIII, 8.
Licenciosidade/ Atrevimento	Deleitamento	De Providentia I, 6.
Açoites/ Bofetadas	Violência/ Punição	De Constantia Sapientis 5,1.
Mordacidade	Prejuízo	De Constantia Sapientis 11,03.
Ódio	Violência	De Clem. III, XVI, 2.

De acordo com o pensador, “o resultado é que esses escravos a quem se proíbe falar em frente do senhor, falam depois mal dele pelas costas” (Ep. Mor. 47, 4).

Temos, por um lado, a violência, a exclusão, o afastamento, a crueldade, a irritação contra os escravos que ocorriam na esfera privada, reproduziam reações destes contra os senhores através da fuga, da insolência, do roubo, da vingança, do suicídio, da ira, da denúncia, descontentamen-

to entre outras<sup>6</sup>. Por outro lado, o senhor que priorizava ações como a clemência, a benevolência, o respeito para com os escravos, ganhava, em troca, o benefício da amizade, da fidelidade e da proximidade. Sêneca considerava, igualmente, reprovável desprezar

*"esse homem que chamas teu escravo, nasceu da mesma semente que tu, goza do mesmo céu, respira, vive e morre como tu. Tanto direito tens tu a olhá-lo como homem livre como ele a olhar-te como escravo" (Ep. Mor. 47, 10).*

Além de tratar da questão da violência contra o escravo, Sêneca mencionava o alto custo em mantê-lo na *domus* senhorial. Na obra *Tranquillitate Animi* afirmava que o único servo de Diógenes foge, e ele, tão pouco, irritou-se:

*"nem pensou tampouco como aquele fosse descoberto em fazê-lo voltar: 'É torpe', disse, 'que Manes possa viver sem Diógenes e Diógenes não possa sem Manes'. Parece-me ter ele dito: 'Faze teu negócio, Fortuna: Nada junto a Diógenes agora é teu. Fugiu-me o escravo? Pelo contrário! Eu é que fiquei livre'" (Tranquillitate Animi VIII, 7).*

O servo doméstico necessitava de roupas e alimentos de seu senhor (*Tranquillitate Animi* VIII, 8), o que encarecia, segundo Sêneca, a vida de quem os mantinha:

*"tantos ventres de avidíssimos animais há que sustentar, comprar-lhes vestes e custodiar-lhes as muito rapaces mãos e fazer uso dos serviços daqueles que estão chorando e detestando o trabalho" (Tranquillitate Animi VIII, 8).*

Temos, nessa passagem, duas questões interessantes: a primeira era a forma com que o filósofo referia-se aos servos tratando-os por animais, diferentemente, do discurso auferido nas *Epistulae Morales*, em que Sêneca comentava sobre a possibilidade de tornarem-se virtuosos e, portanto, serem vistos como seres humanos racionais. A segunda questão girava em torno do descontentamento do escravo que trabalhava, segundo Sêneca, chorando e detestando tal atividade. Ainda que vivesse em uma completa dependência reagia contra o senhor por meio do descontentamento que era demonstrado pelo lamento, ira, suicídio, fuga entre outros.

Sêneca não fornecia indicações se essas ações contra os senhores eram de caráter individual ou coletivo. O que parece era que as reações ocorriam

no âmbito individual como é esclarecido nesta passagem: “E não vai ficar indignado por ter de desembolsar alguma quantia para ultrapassar a soleira, ponderando que também em algumas pontes se deve pagar para prosseguir” (*De Constantia Sapientis* 14, 2). O filósofo deixava explícito que o *nomenclator* selecionava e subornava – através da cobrança de dinheiro – o visitante para que pudesse adentrar à casa de seu senhor. Isto resulta numa estratégia de afirmação social e expressava, igualmente, uma relação de poder, pois o escravo era, através de sua função, agente social quem controla, vigia e proíbe ou não a entrada de visitantes. O *nomenclator*, inserido neste espaço particular, detinha o poder<sup>7</sup>.

Sêneca temia que essas reações particularizadas tornassem reações públicas. Expressava este temor ao criticar os senadores por terem sugerido, havia algum tempo, a diferenciação de vestimenta dos escravos. Citemos *in extenso*:

*"Outrora, decidiu-se por um parecer do Senado que um sinal na roupa distinguiria os escravos dos homens livres. Em seguida, ficou evidente quanto perigo nos ameaçaria se os nossos escravos comessem a nos enumerar" (De Clementia III, XXII, 1).*

Tratava-se de duas considerações: primeiro, os escravos não deviam ter noção de coletividade, se assim fosse, Sêneca não temeria por um mau futuro e segundo, a ausência de um fenômeno coletivo não desautorizava as reações individuais. O filósofo observava as ações dos escravos e, por isso, temia os possíveis movimentos coletivos, pois existia um predomínio de escravos.

Sêneca, embora utilizasse o possível levante de escravos como metáfora, para explicar o perigo eminente das execuções provocadas pelo *princeps*, explicitava a possibilidade de uma ação concreta por parte dos escravos contra os senhores, levando-se em consideração as atitudes individuais de descontentamento, suicídio e fuga, sem contar, que se encontravam em maior número dentro da sociedade romana.

A reação dos escravos, segundo Sêneca, decorria pela falta de moderação de seu senhor, assim como o *princeps* tirano provocava a rebeldia. A *domus* era vista como uma pequena *res publica* e, portanto, Sêneca ensinava que:

*"O espírito humano é rebelde por natureza e, pelejando contra o que lhe é contrário e árduo, acompanha mais facilmente do que se deixa conduzir. E, como se dirigem os cavalos de raça e de boa estirpe melhor com um frio flexível, assim, espontaneamente, a inocência segue a Clemência por seu próprio impulso e a nação considera-a digna de preservá-la para si. Assim, por esta via, avança-se mais" (De Clementia III, XXII, 2).*

Sêneca não inviabilizava as desigualdades sociais e era, dessa forma, que se dirigia a Nero propondo que deveria poupar de castigos os mais humildes:

*"que poupes alguns prazerosamente; que sintas repugnância em vingar-te de outros e, não diferentemente do que ocorre com os insetos, que suja quem os esmaga, tua mão também deve afastar-se deles"* (De Clementia III, XIX, 4).

De acordo com a visão senequiana, o controle repressivo da República por si só não conteria toda energia potencialmente insurgente gerada pelas desigualdades sociais, assim como a violência do senhor contra o escravo não resultaria em benefício. A ação moderadora, pelo contrário, envolvia uma parcela da humanidade que era capaz de retornar ao bem, se fosse perdoada (De Clementia I, 1) Para Sêneca:

*"É louvável mandar nos escravos com moderação. E, no cativeiro, não se deve pensar até que ponto seria possível suportá-lo impunemente, mas até que ponto seria permitido pela natureza da equidade e do bem, que ordena poupar tantos os cativos, quanto os comprados por dinheiro"* (De Clementia III, XVI, 1).

A própria relação do *princeps* com o escravo possuía alguns caracteres diferenciados. Sêneca mostrava a Nero, no tratado *De Clementia*, o ódio dos escravos por Védio Polião, pois

*"engordava as suas moréias com sangue humano e aos que, por qualquer motivo, o ofenderam, mandava atirar no que não era outra coisa senão um viveiro de serpentes? Que homem mil vezes digno de morte! Quer porque lançava seus escravos para serem devorados pelas moréias que ele haveria de comer, quer porque somente as criava, ali, a fim de alimentá-las desta maneira"* (De Clementia III, XVI, 2).

A intenção de colocá-lo como *exemplum* era mostrar, entre outras coisas, a ameaça à existência do ódio por parte do escravo e, assim, a possibilidade deste matar até mesmo o rei. Sêneca afirmava que ser temido,

*"é uma situação tão ingrata em tua própria casa como no exterior, tanto por parte dos teus escravos como por parte dos cidadãos livres. Para causar tua ruína qualquer um dispõe de força que baste"* (Ep. Mor. 105, 4)<sup>8</sup>.

As recomendações de Sêneca para evitar os castigos em excesso e a coação eram simbolizados pelos mecanismos da violência que representavam atitudes moderadoras e não a extinção das punições recorrentes, tanto na *domus* imperial quanto na *domus* aristocrático. Em uma passagem, Sêneca fez a seguinte reflexão:

*"Fariamos, sem dúvida, uma grande coisa se nos apiedássemos dos infelizes escravos no ergástulo! Por que nos apressamos a castigar sem demora, a quebrar pernas sem cessar? (...) Vamos ao ferro, aos suplícios capitais e às correntes, castigamos pelo cárcere e pela fome o que poderia ser punido com os mais leves açoites"* (De Ira III, XXXII, 1)<sup>9</sup>.

Como podemos observar, a violência contra os escravos era um dado recorrente na esfera privada. Sêneca buscava humanizar as relações entre senhores e escravos, para mostrar à sociedade de seu tempo, os malefícios de uma conduta mais enérgica contra os 'inferiores'. Além de pregar a obediência para os escravos, como propõe Finley (FINLEY: 1991: 125), a humanização senequiana pretendia demonstrar que qualquer subalterno guiado pela falta de virtude era oprimido e se despedaçava pelas suas próprias forças (De Clementia III, I, 5), isto é, a violência senhorial gerava, por sua vez, a violência incontida dos subalternos, neste caso, os escravos<sup>10</sup>.

O escravo na esfera pública seguia a mesma orientação, ligava-se, igualmente, às situações de violência, principalmente, em locais que eram realizados os jogos gladiatoriais. Os gladiadores (a palavra vem do latim *gladiolus*, *i* espada curta, a arma geralmente utilizada pelo gladiador) eram selecionados entre os escravos, prisioneiros de guerra e criminosos condenados<sup>11</sup>. Estes eram condenados à morte na arena por crimes, como assassinato, traição, roubo, incêndio premeditado e sacrilégios. Sêneca relatava a rotina de confinamento e treinamento:

*"E penso, sobretudo nisto: se o corpo pode, à força de treino, atingir um grau de resistência tal que permite ao atleta suportar a um tempo os murros e pontapés de vários adversários, que o torna apto a agüentar um dia inteiro sob um sol abrasador, numa arena escaldante, todo coberto de sangue"* (Ep. Mor. 80, 3).

Essa rotina, muitas vezes, contrariavam os gladiadores que se amotinavam ou se suicidavam a submeter-se ao destino que lhes eram impostos. Sêneca ainda que os considerasse pessoas de baixos extratos (Ep. Mor. 70, 22) enaltecia um gladiador por cometer o suicídio. Citemos *in extenso*:

*"Recentemente deu-se um caso de um homem que ia numa carroça, rodeado de guardas armados, para participar no espetáculo da manhã; fingindo-se cheio de sono, pôs-se a cambalear no asento até que conseguiu meter a cabeça entre os raios de uma roda, e conservou-se firme até a roda ao girar lhe quebrou o pescoço: o carro que o conduzia ao suplício foi o instrumento da sua liberdade" (Ep. Mor. 70, 23)<sup>12</sup>.*

O suicídio era uma forma sensata de pôr fim à servidão, seja escravo ou cidadão. Ambos podiam escolher a melhor maneira que se apraz para romper com os vínculos de qualquer escravidão, fosse ela compulsória como era o caso do escravo ou aquela servidão munida pelo luxo, pelo excesso de prazer entre outras (Ep. Mor. 70, 12/13).

A grande maioria de gladiadores era formada por escravos, que não tinham escolha, a não ser pelo suicídio, de participarem ou não dos combates. Sêneca relatava sobre a rigidez dos treinos, comentando que “não apanham pancada apenas porque lutam, mas também para que possam lutar: o próprio treino já é uma tortura” (Ep. Mor. 78, 16)<sup>13</sup>.

Nesse ambiente de espetáculos o qual definimos pela esfera pública, o escravo mantinha, de acordo com o pensamento senequiano, uma relação de poder. O público, de modo geral, recebia momentos de entreterimento, enquanto o escravo ganhava a vida, e, alguns deles, a glória. Vejamos alguns dados descritivos:

Esfera Pública		
Público	Escravo	Referência
Público – Clemência	Gladiador (benefício)	Ep. Mor. 37, 2.
Público – Violência	Gladiador (benefício). Lutam nas arenas para sobreviver, comem e bebem o que rende as lutas na arena.	Ep. Mor. 37, 2.
Senhor /Saturnálias as funções são trocadas, o senhor torna-se escravo <sup>15</sup>	Escravo – torna-se senhor – festa (mudança de hierarquia no espaço público).	Ep. Mor. 47, 14.
Público-Arena – Violência	Atleta - Glória.	Ep. Mor. 78, 16.
Público – Ira	Gladiador – Morte (sem glória).	De Ira II, 4.
Público – Ódio	Gladiador – Conservação da vida.	Tranquillitate Animi VIII, 8.

Os escravos, como podemos observar, eram inseridos, mais comumente, nos divertimentos públicos que representavam o desejo pelo

povo, segundo Sêneca, pela violência. O servo era exposto à morte “apenas para se servir de divertimento; já era sacrilégio treinar homens para o circo e ser feridos, agora atiramo-los para o circo nus e inertes, basta-nos a simples morte como espetáculo!” (Ep. Mor. 95, 33).

O gladiador relacionava-se com o público, pois podia apelar para a clemência do público (Ep. Mor. 37, 2) ou ser rechaçado “se a todo custo desejam conservar a vida; aplaudimo-lo, se deixam claro que a desprezam” (Ad Serenum de Tranquillitate Animi XI, 4)<sup>14</sup>. Lutava, igualmente, para conquistar o apreço do público, i. e., luta por ambição à glória. De acordo com o pensador:

*"Quantas pancadas não apanham os pugilistas no rosto, e em todo o resto do corpo! No entanto, submetem-se a essa tortura apenas pela ambição da glória. E não apanham pancada apenas porque lutam, mas também para que possam lutar: o próprio treino já é uma tortura. Pois também nós devemos superar todos os confrontos, embora a nossa recompensa não seja uma coroa, uma palma ou um toque de trombeta a fazer silêncio no estádio para que se proclame o nosso nome. O nosso prêmio estará na virtude, na firmeza de alma, na paz interior para todo o sempre conquistada desde que uma só vez, em qualquer confronto, formos capazes de dominar a fortuna" (Ep. Mor. 78, 16).*

Na concepção de Sêneca, o escravo deveria lutar pela glória, no caso do gladiador, ou submeter-se ao suicídio como forma de liquidar o estado de servidão, para pôr fim a sujeição às atividades indignas. Citemos *in extenso*:

*"Nunca serei escravo! E comprovou as palavras pelos atos: a primeira vez que o mandaram desempenhar um trabalho servil e indigno (tratava-se de ir buscar um vaso para excrementos) ele despedaçou a cabeça contra uma parede. Como pode alguém se sujeitar a ser escravo tendo a liberdade assim à mão?" (Ep. Mor. 77, 14-15)*

Sêneca indicava, a partir desse excerto, que os escravos eram divididos por categorias, quer dizer, a diferenciação era dada pelo exercício de suas funções. O filósofo não explicitava diretamente a categorização, mas observava a prática de atividades desprezíveis desde a coleta de excrementos a atividades liberais e manuais. O exercício delas era o resultado da excessiva ganância dos homens que colocavam outras pessoas nessa condição *contra naturam* e era, por isso, que existiam as mais diversas e inúteis atividades como, por exemplo, a prática da escanção que expunha o escravo ao ridículo, pois era

*"vestido e pintado como uma mulher, luta contra a própria idade. Não o deixam crescer, forçam-no a manter-se criança, e, apesar do seu físico de soldado, todo depilado a unguento ou à pinça, passa a noite em claro ao serviço da embriaguez e da lubricidade do senhor: serve-lhe de homem no quarto, de garoto na sala de jantar."*

Um outro caso é o de Calvíso Sabino, criticado por Sêneca, pelo fato de adquirir escravos especializados em Literatura e considerar-se erudito. O que nos interessa é a informação de que estes escravos eram comprados a preço de ouro (*Ep. Mor.* 27, 05) e que, portanto, o preço do trabalhador era demarcado pelo exercício do ofício. Sêneca referia-se igualmente à negociação de escravos sem valor negociados no templo do Castor:

*"Acaso eu me sentiria ultrajado se não me desse o devido tratamento algum desses sujeitos que negociam junto ao templo de Castor, comprando e vendendo cativos sem um pingo de valor, e cujos mercados estão atulhados com uma turba dos piores escravos?"* (*De Constantia Sapientis* XIII, 3)

O senhor podia preparar os escravos, através de instrutores que ofereciam treinamento especializado, para serem vendidos por um bom valor. Do ponto de vista do escravo, a aquisição de um ofício ou uma aptidão era a possibilidade, quando livre, de se sustentar.

Os escravos eram também utilizados amplamente no comércio. No mercado encontravam-se escravos em todo o tipo de loja, vendendo pão, carne, peixe, salsicha, vinho. Gerenciavam lojas, negócios, casas de cômodos, armazéns; eram padeiros e carregadores de lastro de navio, carpinteiros navais, cocheiros e pescadores. Os escravos artesãos laboravam com ouro, prata e fundição de ferro que exigia forjas pequenas e poucos homens. A indústria de bronze e cobre empregava milhares de pessoas em um sistema de oficinas. Além, é claro, da tecelagem que era criticada pelo filósofo por produzir tecidos transparentes: "Que pensaria Posidônio ao ver os teares de hoje, onde se fabricam tecidos inteiramente transparentes e tão inúteis para o corpo como incapazes de resguardar o pudor" (*Ep Mor.* 90, 20)!

Como podemos observar, o grau de especialização dos ofícios fazia com que escravos fossem selecionados por categorias como era o caso dos que laboravam no ambiente doméstico da casa imperial e aristocrática que podiam ostentar luxo e um número elevado de servidores. Existiam equipes de escravos para cuidar das roupas, utensílios utilizados nas refeições, o tratamento de cada ornamento ou jóias, a preocupação com cada etapa do toalete, o cozimento dos alimentos, o serviço de mesa, o entreterimento

com música, dança, brincadeiras e palhaçadas (*Ad Paulinum de Brevitate Vitae; Epistulae Morales; De Constantia Sapientis; De Providentia*).

Essas inúmeras atividades eram criticadas pelo filósofo, pois seus contemporâneos às inventaram para suprir suas necessidades de luxo e ganância. Aos olhos de Sêneca, o acesso a moradas soberbas de grandes senhores, concitar os favores de velhos sem herdeiros, ter influência no fórum eram formas efêmeras de poder que atraíam a inveja e os pesares de pessoas indignas (*Ep. Mor.* 68, 10)<sup>15</sup>. Nada mais eram, segundo o filósofo, que vícios enraizados e violentos caracterizados, igualmente, pela avareza e ambição. Tornavam-se enfermidades crônicas para a alma (*Ep. Mor.* 75, 11). O equívoco residia em “não avaliarmos as pessoas pelo que são, preferindo observá-las sempre em conjunto com os acessórios. Quando quiseres apreciar o verdadeiro valor de alguém, avaliar as qualidades, debes vê-los sem adornos” (*Ep. Mor.* 76, 32).

A preferência dos senhores por valores que se distanciavam da virtude, perceptível no desmando e desrespeito destes, proporcionavam uma rede de injustiças que ocorriam, freqüentemente por uma inversão de valores. Os senhores detinham o poder supremo em sua *domus* e este poder revertia-se sob o domínio do mal. Conduzia os escravos pelos caminhos da opressão e do medo. Para Sêneca, a falta de virtude dos senhores era o reflexo das atitudes de insolência, suicídio, fuga entre outras ações desenvolvidas pelos escravos.

Sêneca propõe uma transformação de valores na sociedade: a partir de ações que desenvolvessem a moderação, clemência, recusa pelo luxo e ostentação de riqueza por parte dos setores elitizados, agentes sociais como os escravos – predispostos à violência, e, conseqüentemente, à irracionalidade – seriam conduzidos pelos caminhos da virtuosidade.

Caso essa realidade funcionasse, teríamos, segundo Sêneca, ‘amigos inferiores’, predispostos a beneficiarem seus senhores por meio da amizade, fidelidade, proximidade, respeito e aceitação às ordens, desde que houvesse o mesmo tratamento por parte do senhor. Sêneca não pretendia, portanto, eliminar a escravidão, e, sim, estabelecer uma relação harmônica entre senhores e escravos que lutavam entre si, cada um com suas armas, por seus espaços e poderes dentro de uma sociedade com pouca harmonia.

## Notas

<sup>1</sup> Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade de São Paulo/FFLCH.

<sup>2</sup> Mesmo em se tratando de um período histórico diverso daquele vivido por Sêneca, o conceito de escravidão natural, proposta por Aristóteles, ajuda-nos a compreender, pelo menos a título de contraposição, a concepção senequiana sobre o escravo. De acordo com o pensamento aristotélico, cada indivíduo tinha uma capacidade natural, i. e., alguns eram destinados à obediência, enquanto outros exerciam a função de comandar. O escravo por não possuir a capacidade natural de guiar-se a si próprio

devia ser conduzido. Segundo Aristóteles: “há na espécie humana indivíduos tão inferiores a outros como o corpo o é em relação à alma, ou a fera ao homem; são os homens nos quais o emprego da força física é o melhor que deles obtém. Partindo dos nossos princípios, tais indivíduos são destinados, por natureza, à escravidão; porque, para eles, nada é mais fácil que obedecer. Tal é o escravo por instinto: pode pertencer a outrem (também lhe pertence ele de fato) e não possui razão além do necessário para dela experimentar um sentimento vago; não possui a plenitude da razão” (*Política I*, 13). Sêneca, pelo contrário, via no servo um amigo inferior que se encontrava em tal situação por uma questão de sorte ou mesmo de injustiça social.

<sup>3</sup> Como sugeriu Faversani: “O escravo é colocado em uma condição social *quasi contra natura*. O homem que é posto longe do alcance da razão, sua característica primordial, escapa ao que lhe é natural (...) O escravo, colocado por princípio em uma posição desumanizadora, é fonte de crise. Um homem desumanizado está em desacordo com a natureza, é, pois, um erro” (FAVERSANI: 1998:03). Qualquer tipo de escravidão transformava o homem em uma condição *contra natura*, e isto é definido por Sêneca pelo excesso dos prazeres, vinhos, alimentos, o culto pelo corpo, jogos (na sátira *Apocolocyntoses*, condena o *imperator* Cláudio por apreciar o jogo de dados) e não somente o servo que não era dono nem sequer de sua vestimenta.

<sup>4</sup> O Estado mediante o recurso da Lei romana permitia extrair confissões de escravos sob tortura. Acreditava-se que somente quando torturado o escravo dizia a verdade. Segundo Finley, “o silêncio é uma forma especial de defesa, que pode assumir feições mais explícitas, apegando-se, primeiramente, às exceções na prática e às limitações legais, e, em seguida, ao fato de os advogados alegarem nos tribunais, quando interessava, que o testemunho sob tortura não tinha valor” (FINLEY: 1991: 98). De acordo com Finley, “não há, na verdade, razões que confirmem a frequência da tortura. O que existe é apenas um campo aberto às disputas ideológicas, que nos é oferecido pelos poetas cômicos e oradores. Já as evidências romanas são tão variadas e esmagadoras que não permitem defesas muito especiais, além do silêncio ou quase silêncio. O velho Mommsen, escrevendo quase meio século depois de sua impetuosa História romana, quase não trata do assunto nas mil páginas de seu trabalho sobre a legislação penal: torturar criminosos, sem falar em testemunhas. O Estado mediante o recurso da Lei romana permitia extrair confissões de escravos sob tortura. Acreditava-se que somente quando torturado o escravo dizia a verdade. Segundo Finley, “o silêncio é uma forma especial de defesa, que pode assumir feições mais explícitas, apegando-se, primeiramente, às exceções na prática e às limitações legais, e, em seguida, ao fato de os advogados alegarem nos tribunais, quando interessava, que o testemunho sob tortura não tinha valor” (FINLEY: 1991: 98). De acordo com Finley, “não há, na verdade, razões que confirmem a frequência da tortura. O que existe é apenas um campo aberto às disputas ideológicas, que nos é oferecido pelos poetas cômicos e oradores. Já as evidências romanas são tão variadas e esmagadoras que não permitem defesas muito especiais, além do silêncio ou quase silêncio. O velho Mommsen, escrevendo quase meio século depois de sua impetuosa História romana, quase não trata do assunto nas mil páginas de seu trabalho sobre a legislação penal: torturar criminosos, sem falar em testemunhos, era ‘não apenas cruel, mas absurdo’” (MOMMSEN Apud. FINLEY: 1991: 99). Não podemos realmente afirmar a recorrência da tortura, no entanto, não se podia esquivar sua existência a uma mera discussão retórica. Sêneca comenta com muita propriedade a tortura nos escravos e sua fidelidade aos senhores, mantinham-se calados, mesmo sob tortura (*Ep. Mor.* 47, 5), era ‘não apenas cruel, mas absurdo’” (MOMMSEN Apud. FINLEY: 1991: 99). Não podemos realmente afirmar a recorrência da tortura, no entanto, não se podia esquivar sua existência a uma mera discussão retórica. Sêneca comenta com muita propriedade a tortura nos escravos e sua fidelidade aos senhores, mantinham-se calados, mesmo sob tortura (*Ep. Mor.* 47, 5).

<sup>5</sup> Em outras passagens, Sêneca referia-se à violência dos senhores contra os escravos: “E já não falo dos tratamentos cruéis, desumanos que lhes são infligidos, como se eles não fossem homens, mas bestas de carga. Quando jantamos estendidos no leito há um escravo para limpar os escarros, outro para, de gatos, andar apanhando o vomitado dos convivas ébrios. Outro se destina a trincar aves de alto preço; e com a sua mão hábil, por cortes exatos desde o peito até à mitra, vai fazendo a ave em bocados. Desgraçado, cuja vida não tem outro fim que não seja trincar aves!” (Ep. Mor. 47, 5/6).

<sup>6</sup> Sêneca nas *Epistulae Morales* fez referência a uma série de ações desenvolvidas pelos escravos contra os senhores como a denúncia, o roubo, a fuga, a traição, o assassinato, o envenenamento, a calúnia (Ep. Mor. CVII, 5). Em outra passagem, Sêneca recomendava que o melhor não era possuir escravo, pois: “O criado familiar pede-me roupa e alimento; tantos ventres de avidíssimos animais há que sustentar, comprar-lhes vestes e custodiá-lhes as muito rapaces mãos e fazer uso dos serviços daqueles que estão chorando e detestando o trabalho” (Ad Serenum De Tranquillitate Animi VIII, 8).

<sup>7</sup> Os escravos domésticos exerciam vários tipos de trabalhos, tais como: servos pessoais, tutores, cozinheiros, artesãos, arquitetos, médicos, cabeleireiros, músicos, filósofos, bibliotecários. Entre eles havia o eunuco para atender as mulheres e aleijados que divertem os convidados com suas deformidades. Um homem rico precisava de pelo menos dois escravos para carregá-lo até o circo, mas geralmente entre oito ou dez o acompanham, por ostentação. Um escravo podia servir na propriedade do campo, outro na casa da cidade. A tropa da cidade era dividida em escravos que trabalhavam dentro da residência e aqueles que trabalhavam do lado de fora. Estes, por sua vez, podiam ser subdivididos pela natureza de suas tarefas.

<sup>8</sup> Uma outra característica da relação do *imperator* com o servo encontrava-se na esfera pública. Os escravos injustiçados, abandonados ou em alguma situação de perigo recolhiam-se em frente de templos ou estátuas do soberano. Sêneca fez referência a este fato: “*mesmo os escravos é permitido refugiar-se junto de uma estátua*” - “*Seruis ad statuum licet confugere*” (De Clementia III, XVI, 2!)

<sup>9</sup> A alimentação, mesmo não se caracterizando por uma ação punitiva, era escassa. Sêneca fez a seguinte abordagem a Lucílio: “Então, Lucílio, podes crer que terá a satisfação de ver como matas a fome com dois ases, de compreender que, para viver em segurança, não precisamos da fortuna para nada. Mesmo quando hostil, a fortuna não nos nega o que é estritamente necessário. Procedendo assim, de resto, não há razão para pensar que fazes uma grande coisa (fazes apenas o mesmo que muitos milhares de escravos, que muitos milhares de pobres)” (Ep. Mor. 18, 07). Sêneca em outro excerto fez referências aos alimentos ingeridos por escravos e pobres como o pão de centeio, a polenta e a água (Ep. Mor. 18, 10). Consultar: GARNSEY: 2002.

<sup>10</sup> A falta de virtude do governante gerava uma situação de caos no *populus romanus* que resultava na autodestruição dos súditos, pois dependiam da ação de um bom governante que os guiasse pelo caminho da razão (De Clementia III, I, 5); o senhor devia seguir, por sua vez, a mesma orientação: a partir de ações que encaminhassem à clemência, o escravo, um ser inferior, seria guiado à razão, abandonando suas características servis. De acordo com as palavras de Sêneca: “alguns deverão jantar contigo porque são dignos de ti, outros para que o sejam: algo de servil que persista neles devido às reações com gente baixa, à convivência com pessoas de bem acabara por eliminar” (Ep. Mor. 47, 15).

Essa relação entre ‘grandes e pequenos impérios’, como sugeriu Faversoni, ocorre pelo fato dos valores serem transitáveis de uma parte a outra. Havia uma continuidade entre as situações que ocorriam no plano estatal (público) e na esfera privada. Isto é, “o trânsito entre o que vale para o indivíduo e para a sociedade está, claramente, ligado ao fato de que o indivíduo não ser capaz de viver senão em sociedade e que, para isso ser possível, seriam necessários valores compartilhados” (FAVERSANI: 2000: 151). Em outras palavras, a sociedade senequiana devia ser compreendida a partir da interação social, por não conseguir imaginar qualquer indivíduo, mesmo os

escravos, fora do núcleo social; cria, dessa forma, estratégias de sobrevivência que privilegiavam o compartilhamento de valores (Ep. Mor. 47, 2/3).

<sup>11</sup> Consultar a obra de Garraffoni que aborda questões sobre os jogos gladiatoriais e o cotidiano dos gladiadores utilizando como fonte documental textos escritos, inscrições tumulares, parietais e em grafites. GARRAFFONI: 2005.

<sup>12</sup> Na mesma carta, Sêneca fez referência a outros suicídios, veremos dois casos. O primeiro referia-se a um escravo que se matou por asfixia: “Não há muito, um dos Germanos destinados aos combates com feras, enquanto se faziam no circo os preparativos para o espetáculo da manhã, retirou-se para satisfazer uma certa necessidade corporal – a única oportunidade que se teve para estar longe do olhar dos guardas; então agarrou num daqueles paus com uma esponja atada na ponta que se usam para limpar as imundices e enfiou-o pela garganta abaixo, morrendo de asfixia” (Ep. Mor. 70, 20). Sêneca citou um outro exemplo nos combates de nauaquia: “Durante o segundo espetáculo de nauaquia, um dos bárbaros enterrou na garganta a lança que recebera para combater os adversários. ‘Porque’ – disse ele – “porque não escapar desde já a todos os tormentos e humilhações? Porquê estar à espera da morte se tenho uma arma nas mãos?” (Ep. Mor. 70, 26).

<sup>13</sup> Segundo Meltzer, “os gladiadores eram divididos de acordo com as diferentes armas que usavam. Os *sammitas* carregavam escudo e espada; os trácios usavam adaga e broquel; os *murmumillones*, um capacete encimado pela figura de um peixe marinho; os *laqueatores*, uma atiradeira; os *retarii* com rede e tridente; os *dimachae* armavam-se de uma espada curta em cada mão; os *essedarii* em bigas e os *bestiarii* contra feras” (MELTZER: 2004: 136).

<sup>14</sup> Vemos o circo como um espetáculo de massa na medida em que há neles componentes ritualísticos, detonadores do êxtase coletivo. Como questiona Santos, sem perder de vista, o contexto histórico analisado pela autora que é a paixão, rito e magia no futebol, “não ocorreria no homem, a partir do momento em que participa destes espetáculos de massa ou ‘ritos coletivos’, uma perda quase completa de sua autonomia individual, transformando-se em um ser coletivo, que animado por uma ‘alma grupal’ (DURKHEIM: 1912), faria destes eventos fenômenos coletivos desencadeadores de conagração e de violência?” (SANTOS: 2004: 22). Em outras palavras, os espetáculos gladiatoriais suscitam fenômenos como a violência por uma reivindicação do coletivo, pela preservação da comunidade por meio das paixões e se constituem, igualmente, em ocasiões propícias para os homens exteriorizarem os excessos iminentes em si próprios, independentemente das funções ou da posição social que ocupem na sociedade romana.

<sup>15</sup> A situação de fome, segundo o filósofo, provoca o surgimento de inúmeras atividades. Citemos *in extenso*: “pois nesse caso podes socorrer-te desses homens a quem a fome ensinou novos ofícios: alguns deles te corrigirá o ritmo da marcha, outro observar-te-á a boca enquanto comes, enfim, a tantos pormenores estarão atentos quantos a tua paciência crédula permitir à sua audácia!” (Ep. Mor. 15, 07).

## Bibliografia

### Base Documental

SÊNECA, L. A. *L'Apocoloquintose du divin Claude*. Trad. René Waltz. Paris: Les Belles Lettres, 1966.

SÊNECA, L. A. *De la Clémence*. Trad. François Préchac. Paris: Les Belles Lettres, 1990.

SÊNECA, L. A. *Lettres a Lucilius*. Trad. Henri Noblot. Paris: Les Belles Lettres, 1993.

- SÊNECA, L. A. **Tragédies**. Tome I et II. Trad. Henri Noblot. Paris: Les Belles Lettres, 1926.
- SÊNECA, L. A. **Des Beneficiis**. Trad. François Préchac. Paris: Le Belles Lettres, 1926-1927.
- SÊNECA, L. A. **Dialogues**. Tome I. Trad. A. Bourgery. Paris: Les Belles Lettres, 1971.
- SÊNECA, L. A. **Dialogues**. Tome II. Trad. A. Bourgery. Paris: Les Belles Lettres, 1989.
- SÊNECA, L. A. **Dialogues**. Tome III. Trad. René Waltz. Paris: Les Belles Lettres, 1975.
- SÊNECA, L. A. **Dialogues**. Tome IV. Trad. René Waltz. Paris: Les Belles Lettres, 1927.
- SÊNECA, L. A. **Questions Naturelles**. 2 Tome. Trad. Paul Oltramare. Paris: Les Belles Lettres, 1929.

#### Literatura Contemporânea

- AUERBACH, E. **Introdução aos Estudos Literários**. Trad. José Paulo Paes. São Paulo: Cultrix, 1987.
- AUERBACH, E. **Mimesis: a representação da realidade na Literatura Ocidental**. São Paulo: Perspectiva, 1987.
- BAKHTIN, M. **A cultura popular na Idade Média e no Renascimento**. Brasília: Universidade de Brasília, 1999.
- BURKE, P. **A fabricação do rei: a construção da imagem pública de Luís XIV**. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.
- FRYRE, N. **Anatomia da crítica**. Tradução de Péricles Eugênio da Silva Ramos. São Paulo: Cultrix, 1973.
- FAVERSANI, Fábio. **A pobreza no Satyricon de Petrónio**. Ouro Preto: UFOP, 1999.
- FAVERSANI, Fábio. **Panem et Circenses: breve análise de uma perspectiva de incompreensão da pobreza no Mundo Romano**, *Varia História*, Belo Horizonte, UFMG, 2000.
- FAVERSANI, Fábio. **As relações diretas de poder enquanto instrumento analítico para a compreensão da pobreza no Satyricon de Petrónio**, *História Revista*, 1,1, Goiânia, UFG, 1986.
- FAVERSANI, Fábio. **A sociedade em Sêneca**. São Paulo: USP/FFLCH, 2001.
- FAVERSANI, Fábio. **A Concepção de Estado em Sêneca**, *Boletim do CPA*, Campinas, nº 5/6, jan./dez., 1998.
- GARRAFONI, Renata Senna. **Gladiadores na Roma Antiga: dos combates às paixões cotidianas**. São Paulo: Annablume, 2005.

GARNSEY, Peter. **Alimentação e sociedade na Antigüidade Clássica**: aspectos materiais e simbólicos dos alimentos. Lisboa: Replicação, 2002.

GONÇALVES, Ana Teresa Marques. **A construção da imagem Imperial**: formas de propaganda nos governos de Septímio Severo e Caracala. São Paulo: USP (tese de Doutorado), 2002.

GUARINELLO, N. L. Festa, trabalho e cotidiano. In: István Jancsó & Íris, Kantor. **Festa**. Cultura e sociabilidade na América portuguesa. São Paulo: Edusp, 2001.

GUARINELLO, N. L. Ética e ambigüidade no principado de Nero. In: BENOIT, H & FUNARI, P. P. A. (orgs.). **Ética e Política no mundo antigo**. Campinas: UNICAMP, 2001.